



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

Ata N.º 2/2021

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE DE 29 DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu em sessão ordinária, segunda, a Assembleia de Freguesia de Silvalde, na sua sala de reuniões e sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novo, secretariado pelo Primeiro Secretário, Sara Pereira, e pelo Segundo Secretário, Marco Oliveira. Estiveram ainda presentes os Senhores Vogais, Helder Pereira (SIM), Joaquim Costa (SIM), Helder Pinho (SIM), António Costa (PSD), Manuel António Félix (PSD), José Carvalho (PSD), Sérgio Carvalho (PSD), Carlos Pinho (PS), e António Cruz Oliveira (PS). Faltaram os seguintes elementos do Executivo: Joaquim Vieira e Helder Freitas, os restantes membros estiveram presentes. -----

----- Da agenda para a Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos: -----

----- **Ponto um:** Assuntos agendados para o período antes da ordem do dia, nos termos do art.º 52 da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----- **Ponto dois:** Aprovação das atas da 4ª Sessão Ordinária de 18/12/2020 e 1ª Sessão Ordinária de 29/04/2021; -----

----- **Ponto três:** Apreciar e votar nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 9 da Lei 75/2013 de 12 de setembro a segunda Alteração Orçamental Modificativa; -----

----- **Ponto quatro:** Apreciar ao abrigo da alínea e) do n.º1, do art.º 9 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Dando início à sessão, o Presidente da Mesa anunciou ter recebido dois pedidos de substituição, um apresentado pela Vogal Arminda Ferro (SIM), que pediu para ser substituída pelo Vogal seguinte, Helder Pereira (SIM) e a Vogal Daniela Carvalho (PS), foi substituída pelo Vogal seguinte, Carlos Pinho (PS). O Vogal Celso Sá (PS) faltou e não apresentou justificação de não comparência para substituição. -----

----- No **Ponto 1**, o Presidente da Mesa iniciou a sessão evocando o pedido de renúncia da Vogal Daniela Carvalho, procedendo-se à sua substituição permanente pelo elemento seguinte da lista, Carlos Pinho. -----

----- No **Ponto 2**, o Vogal Joaquim Costa fez algumas considerações à Ata nº 4/2020 retificada. Reiterou que fossem entregues os documentos relativos às coletividades. Relativamente a esta questão o Presidente do Executivo pediu a palavra para referir que ao abrigo do Regulamento de Proteção de Dados não é permitido fornecer documentação oficial dos clubes, mas que está na Junta disponível para consulta. *“A lei não permite.”* O Presidente da Mesa pôs a ata nº4/2020 a votação e foi aprovada por unanimidade, com 11 votos a favor. -----

----- Quanto à Ata nº1/2021 o Vogal Joaquim Costa indicou que ficou deliberado que fosse pedido um parecer à ANAFRE e questionou se já chegou esse parecer. O Presidente do Executivo explicou que já detinha o parecer, mas que o documento estaria a ser alvo de consulta jurídica e de consulta contabilística. *“Existem incongruências com os contratos e cadernos de encargos. Elaboramos os contratos pelos executivos anteriores e o que é certo é que o caderno de encargos não se encontra em consonância com o contrato. Assim, se se cometeu alguma ilegalidade nos dois contratos celebrados anteriormente, neste o erro foi o mesmo. Aguardo, portanto, informações sobre a situação. Logo que haja uma possível solução, conversaremos sobre o assunto. Temos todo o interesse em resolver essa situação para que o contrato não seja um documento anulado.”* O Vogal Joaquim Costa referiu a este acervo que só se devem esclarecer as dúvidas. Por sua vez, o Vogal Helder Pereira, questionou: qual a situação do café S. Tiago? Se se está pendente do contrato, do protocolo? Se está ou não a cumprir? Como é que as coisas estão a funcionar? O Presidente do Executivo explicou que o café está a funcionar e a aguardar que a situação se resolva. -----

----- O Presidente da Mesa colocou a Ata nº1/2021 a votação e obteve 9 votos a favor, 1 abstenção do Vogal José Carvalho e 1 voto contra do Vogal Sérgio Carvalho, ou seja, a Ata foi aprovada com 9 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra. -----

----- Prosseguiu com o **Ponto 3** pedindo esclarecimentos aos Vogais. O Vogal Manuel António Félix indagou se a verba destinada ao Multibanco se é apenas para a instalação ou se vão dar alguma contrapartida à entidade onde vai ser instalado o MB. Perguntou também se a verba era só para este ano ou se se iria prolongar nos anos seguintes. -----

----- O Vogal Joaquim Costa criticou o facto de terem dado as autorizações prévias para as delegações de competências, principalmente ao nível das infraestruturas, e naquela altura ainda não terem conhecimento de quais as ruas e os trabalhos que serão efetuados. Mencionou ter sido uma promessa do Executivo e achou que viria na “Alteração Orçamental” ou na “Informação do Presidente” mas não aconteceu. Comentou também que *“há alguma opacidade nas coisas ou desconhecimento de como é que se faz. Aprovaram-se as autorizações prévias e o que temia está a acontecer, não sei o que vai ser feito e esperava que me dissessem. Independentemente do que for, nunca ninguém votou contra e eu não votarei, nem votaria sobre algo que Silvalde precisa. Relativamente à questão do valor do Multibanco, podia ter sido aplicado noutro projeto, mas pronto o Executivo já tinha feito uma alteração nesta rubrica, neste programa e agora acrescentou e muito bem.”* Ainda no âmbito da introdução da caixa multibanco no Bairro Piscatório, o mesmo Vogal congratulou o atual Executivo pelo cumprimento desta medida do programa eleitoral que já vários haviam prometido, finalmente tornou-se realidade e irá beneficiar as pessoas do Bairro. Pediu ao Executivo para explicar como irá funcionar. -----

----- O Presidente da Mesa introduziu o Presidente do Executivo que começou por agradecer a explicação do Sr. Vogal Joaquim Costa, já falou que a verba era obrigatória ser evocada em sessão pública, uma vez que é referente ao



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

orçamento de 2020. O orçamento inicial indicava o valor de 2500 euros, mas posteriormente verificou que após a 1ª Alteração Modificativa o valor subiu para 3500 euros e não houve mais nenhuma alteração no valor. No respeitante aos encargos com o Multibanco serão encargos em relação à instalação do Multibanco, a obrigatoriedade da instalação de uma rede de segurança e vigilância, far-se-á a réplica de um cofre em chapa dentro da própria instalação com portas também de chapa em inox para segurança interior e as obras do rasgo para a colocação do Multibanco, para o reforço. Essas obras também terão um custo, bem como a tinta a usar que deverá manter a traça original. *“O comprometimento foi arranjar aquilo de forma digna. Já recebi o orçamento da instalação da segurança, que ronda os 2000 euros, porque leva câmaras de videovigilância, sensores, que estão ligadas à rede nacional de Multibancos. Essa ligação terá um custo anual de 220 euros acrescido de IVA, além das obras de instalação complementares para a instalação definitiva.”* Garantiu ainda que não está nada acordado com contrapartidas para o Clube, quem vai ter os custos fixos é a Junta. *“O Clube presta uma colaboração enorme. A Associação Leões Bairristas predispôs-se a aceder a um pedido da Junta, que era um pedido há muitos anos da população. Assim, esta colaboração resulta de uma mais-valia que não é para a Junta, nem para o Clube, mas para o povo utilizar, sem que tenham necessidade de vir à Caixa instalada na sede da Junta levantar dinheiro e pagar as suas contas.”*

---- O Presidente da Mesa enalteceu a prontidão por parte da coletividade. Assim, sem mais pedidos de esclarecimento passou à votação do Ponto 3: com 9 votos a favor e 2 abstenções dos Vogais Manuel António Félix (PSD) e Joaquim Costa (SIM). Prosseguiu o Vogal Joaquim Costa que quis explicar a sua declaração de voto que se deveu à explicação do Sr. Presidente do Executivo *“nós não estamos a falar do ATM em si, estamos a falar da verba do ATM e a forma como estamos a atualizar a peça. Abstenho-me da peça pela explicação dada. Não me oponho ao ATM. Nem sei se deve ser feito um protocolo”*, concluiu.

---- O Presidente da Mesa passou ao **Ponto 4**, relativo à apreciação da informação escrita do Presidente e como nenhum dos presentes pediu a palavra, questionou o Presidente do Executivo se tinha algo a salientar. O Presidente assentiu e referiu que o que está descrito no documento é exatamente como os trabalhos têm sido realizados na praia de Silvalde e informou que este ano a Praia de Silvalde havia sido galardoadada com a Bandeira de Ouro, atribuída pela Quercus, pela sua qualidade *“de ouro”* e por ter água nos últimos quatro anos com melhor qualidade. *“Vamos hastear a Bandeira Azul no dia 1 de Julho. Esta é uma praia que tem subido a sua cotação em termos de qualidade. Mas no local é que se vê bem!”* Foi promovida uma intervenção na Praceta Manuel Fabiana, *“um local onde sempre houve a intenção de investir, mas ninguém teve a coragem de o fazer. Sabemos que ali temos talvez poucos eleitores, mas temos pessoas que precisavam de uma intervenção e que têm direitos enquanto cidadãos. Pediram à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal de Espinho (CME) e ninguém fazia nada naquele local e ali estava péssimo. Portanto, sempre entendemos que se houvesse verba a disponibilizar seria um local a intervir, pois os acessos estavam todos destruídos; Fizemos a limpeza do armazém dos ciganos, um terreno da CME, que por diversas vezes pedimos para que fosse limpo. As queixas sempre foram tantas, que decidimos efetuar a limpeza; noutra local, alteramos o local dos contentores de Gulhe, uma zona que é ‘um cancro de lixo’, muita gente dos concelhos vizinhos iam lá e descarregavam muito lixo de todo o tipo. A insistência dos moradores obrigou-nos também a ter esse cuidado. Porque esta situação tem a ver com a recolha diária do lixo, competência da CME, ultrapassamos isso, fizemos uma plataforma para os contentores, descentralizamos o local, colocando num local mais resguardado, pusemos também uma placa de proibição de colocação de lixo e parece que as coisas estão a funcionar, neste momento o local continua limpo e não está a ser depositado lixo. Esperamos que assim se mantenha; Iniciou-se a 2ª Fase de requalificação do Complexo Desportivo da Seara. Foi criada uma viga ao lado do muro atual que fica por trás dos balneários. O muro está a cair, está estourado e pode a qualquer momento desabar e fomos informados disso e, já que estávamos a fazer a 2ª parte da requalificação que era acabar com o piso de terra batida, covas, lama, acertar o piso e colocar aquilo tudo novo. E então foi feito um reforço do muro.”* Interrompeu o Vogal Joaquim Costa para comentar que *“o problema é que a agenda do Presidente, desta vez foi um bocado ortodoxa, tenho ideia que não introduziu toda aquela documentação na ordem de trabalhos, por isso é que fiquei à espera, porque tem vários assuntos.”* E sugeriu a abordagem anexo, a anexo. Por sua vez, o Presidente da Mesa reconheceu que não é hábito a apresentação dos assuntos da agenda do Presidente, mas os Srs. Vogais podem colocar as suas questões relativamente às suas dúvidas. O Presidente do Executivo indicou que na Câmara, o Presidente também havia explanado os assuntos relativos à sua agenda. E prosseguiu na sua intervenção interrompida: *“continuando, tivemos uma última minuta do Contrato-Programa da ARS-Norte que nos foi enviada. Indicamos as alterações, nomeadamente, na área dos edifícios e anexos, relativa à obra referimos que há duas extensões, uma contígua ao edifício da Junta de Freguesia e a outra extensão da marinha situada no Bairro Piscatório e propriedade do Centro Social e Paroquial S. Tiago de Silvalde; sobre a linha do norte e sobre o túnel, as obras iniciaram-se e vai ser concluído este ano. Este vai da zona da Marinha, à zona industrial, por baixo da linha. Relativamente a esta obra fomos notificados por causa dos terrenos do Golf que iríamos ser expropriados em 588 m2 que pertencem ao limite do Golf. Esta expropriação terá um retorno. Brevemente, seremos notificados para discutir essa situação; no âmbito da ação cível que deu entrada no Tribunal de Santa Maria da Feira contra a CME relativamente aos terrenos da Seara, nós sabemos que a Assembleia foi unânime em dizer que a ação não devia cair. Acionamos esta ação contra a CME que expropriou da JF Silvalde os terrenos da Seara, uma quantidade enorme de metros quadrados de terreno, a custo zero. Isso não está correto. A CME tem que pagar o terreno ao valor do mercado. Portanto, não abdicamos desta nossa exigência, porque os terrenos são desta Freguesia; disponibilizamos também o Relatório de Atividades 2020 do Campo da Seara. O relatório está muito bem elaborado, muito esclarecedor e elucidativo. Isto foi entregue pelo Presidente da Associação Desportiva de Silvalde, cujo mandato termina agora em setembro”, terminou.*

---- O Vogal Joaquim Costa comentou a agenda do Presidente e criticou o facto de o Presidente ter estado presente e mais ninguém da sua equipa participar. *“Não é trabalho de equipa”*, apontou. Quanto à Praceta Manuel Fabiana elevou a antropologia cultural a um ex-presidente, que diz muito aos Silvaldenses e ao Vogal em particular. Indicou que quanto à pavimentação que as peças não eram esclarecedoras e alegou que a proposta não estava de acordo com o caderno de encargos. Solicitou a medição da obra, ou seja, da pavimentação do arruamento, pois confina com os limites das



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

freguesias de Silvalde e Anta. Como considera a medição incorreta, a verificar-se, implica a devolução do valor pago, tendo em vista a boa gestão do erário público. Lamentou ainda que a parte ajardinada da Praceta esteja negligenciada, como passa lá regularmente, considerou que é merecedora de toda a dignidade; Relativamente à não existência do registo predial indicado no documento das Infraestruturas de Portugal, o Vogal disse estar convencido que existe, mas caso contrário mencionou que se deveria promover o registo deste e de todos os terrenos que não estejam registados e sejam património desta autarquia; Prosseguiu contextualizando que o Sr. Presidente da Junta transmitiu que a peça de contestação já deu entrada no tribunal e que este dissera que a CME tem que pagar o terreno ao valor de mercado. O Presidente do Executivo interrompeu para afirmar que seria o preço justo pela transferência de propriedade e que o preço justo pode ser o valor de mercado. O Vogal Joaquim Costa retomou a intervenção: “O que o advogado tem são poderes para tudo o que seja propor acordos, mas alguém tem que o mandar para. O Sr. Presidente da Junta disse que esperava de quem reclamou a propriedade do terreno da Seara mantenha isto. Estão aqui duas questões: o Gabinete do Dr. Pedro Morgado a dizer que a CME, na contestação que faz não junta peças aos autos, mas depois tem um atrevimento, que estou preocupado, que foi o que o Sr. Presidente acabou de confirmar. É que diz assim o nº 33º «A A. é proprietária do terreno e pretende receber do R. o valor justo – à data da construção da escola – pelo terreno sua propriedade, onde foi construída a escola.» Recordou aos presentes que ninguém mandou o Executivo para alienar ou fazer acordos fossem quais fossem. “O valor justo à data de construção, não é a data do valor de mercado. Enquanto membro da Assembleia, sempre dissemos e sugerimos que se propusesse o acordo, porque o que o Executivo anterior tinha era um Memorando de Entendimento, a reclamar a propriedade de tudo o que foi esse compromisso inteiro. Agora, se não será possível? Se será difícil? É outra questão.” Assinalou que este Executivo apresentou uma proposta ao juiz com um princípio no qual não se revê, além de que foi entregue sem passar na Assembleia. “Que fique em ata, algum dia, algum vogal que aqui está presente disse para se propor receber a preço de custo, do tempo da construção da escola? É muito grave. E mesmo que o juiz aceite é uma chatice porque a Assembleia tem que assinar a defender isso. Agora, estou com medo é que a CME aceite isto. Fiquei chocado quando o Sr. Presidente confirmou isto. Realmente propôs e o advogado fez ou foi iniciativa dele?”

----- O Presidente do Executivo respondeu que não é a primeira ação acionada contra a CME por este advogado. No respeitante ao Memorando de Entendimento declarou que “alguém deixou passar o prazo do Memorando, porque ele podia ter sido resolvido na altura, mas alguém se esqueceu. A partir daí, o Memorando não teve efeito pela incompetência na altura. Relativamente a este Presidente de Junta, jamais mandou o advogado. Não mandamos ninguém. Demos continuidade ao processo com o mesmo advogado, no sentido de defender a ação entreposta pela CME e para contestar a mesma pelos meios jurídicos ao dispor e reconhecimento do advogado. Temos que ser justos, o que está aqui é do conhecimento jurídico do advogado. Amanhã irei pedir-lhe mais informações sobre este assunto, porque não concordo com absolutamente nada com o que o Sr. Vogal Joaquim Costa disse. E quero que fique em ata: o documento está feito pelo advogado que defendeu os terrenos no tempo do mandato do Sr. Joaquim Costa e que foi um grande advogado que iniciou o processo no tempo do mandato do Sr. Joaquim Costa. Portanto, esta ação não é mais nem menos que a continuidade na luta desta brecha aberta, para que de facto os terrenos, propriedade da Junta de Freguesia, voltem à nossa esfera. Naturalmente que, se me perguntassem se pretendia o valor de custo atual ou da altura, dizia que nem uma coisa nem outra, eu quero os terrenos. Os terrenos são nossos, a propriedade é nossa, doaram-nos. Isto era o que pedia enquanto Presidente. E, se o advogado foi convidado a trabalhar para esta Junta de Freguesia, em consultoria jurídica é óbvio que tem que ter qualidade para isso. Se tinha qualidade antes, não tem agora? Só agora reclamam? E na altura que deixaram passar o prazo do Memorando? Onde está essa responsabilidade dita pelo Presidente da CME, que disse que fazendo os 60 dias do Memorando, nunca mais houve entendimento nenhum? Por causa de irem como pertença de alguém? Isto é que foi mal, porque escusávamos de estar a gastar dinheiro, pois não fica barato. Na altura o Sr. Marco Gastão, Presidente de Junta criou uma cisão grave na sua esfera de ação com o Presidente da CME e abriu problemas graves com o Presidente e com a CME, precisamente por causa disso e porque alguém o encaminhou para isso.”

----- O Presidente da Mesa questionou se com isso queria dizer que este Executivo anda a correr atrás do prejuízo? O Presidente do Executivo concordou “exatamente. Andamos a correr atrás do prejuízo. E esse prejuízo foi que as coisas podiam ter sido resolvidas a bem, mas jamais o foram. Continuamos com a ação aberta, porque também somos Silvaldenses e não queremos perder o património da Junta. É precisamente por causa disso que estamos a lutar.” O Presidente da Mesa referiu ter ouvido a intervenção com atenção e concluiu que ceder os terrenos ao preço da altura lhe coloca algumas reservas e é “irrisório”. Pediu para questionar o advogado, o porquê de ter de ser assim e, se não há outra forma de o fazer. Continuou o Vogal José Carvalho que notou que ser ao preço da altura, há que ter em atenção a atualização da moeda. De seguida, o Vogal António Costa indagou se se queria o dinheiro ou o terreno? E esclareceu: “o nosso Executivo, no nosso mandato, o que pretendemos sempre foi a devolução do terreno para o nosso património, para o nosso inventário, nunca se pediu dinheiro. E o que o Sr. Presidente está a dizer é que foi o advogado que fez e que ele não viu. Mais uma vez vem esta peça para a Assembleia e não percebemos bem para quê, se para nós apreciarmos, votarmos, mas isto já foi feito.” Concordou ainda com o que o Vogal Joaquim Costa disse: “sempre defendemos o princípio de que o terreno tem que vir para o nosso inventário e fazer tudo o que for possível.”

----- O Vogal Joaquim Costa justificou e garantiu que ninguém deixou passar prazos. E quanto aos prazos jurídico-legais também nunca foram ultrapassados. “O que está em causa é que um possível acordo, fosse ele qual fosse, teria que vir a Assembleia para votação”, concluiu. Entretanto, mudando de tema solicitou à mesa as atas do Executivo de 12 meses, se fosse possível, uma vez que não se encontram no site e por considerar que o Executivo não trabalha em equipa. O Presidente da Mesa deu indicação que se legalmente for possível, que as atas sejam partilhadas e passou a palavra ao Vogal Pedro Tavares, secretário do Executivo, que em defesa da honra esclareceu que deverá ser feito um requerimento na Secretaria para efetuar esse pedido e que posteriormente ser-lhe-ão entregues. E prosseguiu “relativamente a outra situação, o Sr. Vogal esquece-se que devem constar nas atas resumos e não tudo aquilo que se diz. E o Sr. Vogal sabe como eram feitas as atas no seu mandato... Em defesa da honra ando aqui há 20 anos, não há



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

4 ou 5 anos. *Sei perfeitamente quando tenho que usar a defesa da honra.*” Por sua vez, o Vogal António Costa também em defesa da honra, enquanto secretário do executivo anterior, afirmou ter sido duramente criticado por diversas vezes pelo Vogal Pedro Tavares, por as atas não serem transcritas, conforme eram faladas. Não obstante, o Presidente da Mesa referiu que o problema do *ipsis verbis* faz com que se perca o teor das intervenções, além das atas ficarem extensas. *“Sou da opinião que os documentos devem ser transcritos de forma clara e sucinta”*, declarou. -----

----- Ainda sobre o Memorando de Entendimento, o Vogal Joaquim Costa frisou que o documento foi assinado entre os dois titulares máximos dos órgãos a que presidiam. *“Só os vincula a eles e dizem que cada um deles deve propor nos respetivos executivos. Isso é um problema político, o que foi dito em assembleia pelo Sr. Pedro Tavares, pela bancada do PS na altura foi que «ai de vocês que não contestem a ação e a posse da CME.» E foram essas palavras que temos utilizado neste mandato. Não temos utilizado mais nada. Ao Sr. Presidente da Junta já lhe foi dito nesta Assembleia que tinha todo o direito e o nosso apoio para contestar a posse do terreno, mais nada.”* Observou que o foco é contestar o trabalho feito pelo advogado da CME que devia ter juntado as peças à contestação e não juntou e opinou *“que fique em ata que as consequências vão ser desse Executivo. As pessoas que se manifestem, mas não estou de acordo muito menos pelo valor à data da construção da escola. Sou contra.”* O Presidente da Mesa salientou que a posição de cada qual é a posição de cada qual e focou que devia pedir ao Dr. Pedro Morgado a justificação, por reiterar-se o regresso do terreno físico ao património da Junta, que é uma posição unânime. *“Queremos todos que o terreno volte a ser nosso, portanto, a primeira pergunta a fazer ao advogado é porque não dar prioridade ao terreno ser nosso fisicamente? E depois pedir o esclarecimento sobre o preço à data e se há alguma retificação a fazer.”* O Presidente do Executivo referiu que em termos de autarquias, de terrenos, não pagam mais-valias, não pagam as taxas e enunciou o Art.º 28º da contestação, que refere: *«A A. contesta que o R. pretende locupletar-se do terreno onde incidiu tal edificação, sem proceder ao pagamento, à A., do preço justo pela transferência de propriedade do referido terreno.»* E uma vez mais declarou que a pretensão é reaver os terrenos, apesar de ao os reaverem, ficarem lá com a escola. *“Não sabemos qual o veredicto final sobre estas ações, porque isto um dia vai ter que terminar.”* O Presidente da Mesa reiterou que se peçam os devidos esclarecimentos. O Vogal Joaquim Costa quis recordar o que se tentou fazer há quatro anos. No seu entendimento, há quatro anos, a tese era exatamente garantir o enriquecimento. *“Nunca podia ter havido a cedência de algo sem uma devida contraprestação, essa é a tese que o Dr. Pedro Morgado em consonância com o nosso Executivo defendeu. Quando muito, para que a Câmara ficasse sem o terreno, deveria promover-se uma expropriação, que é o que diz o parecer da ANAFRE.”* O Presidente do Executivo comentou que é o que está a acontecer. Contudo, o Vogal Joaquim Costa prosseguiu *“a tese era assim, mas nunca foi dado esse plano à CME, porque não foi apresentada a ação municipal, foi sempre a contestação pelo registo. Os documentos comprovam isso. Mas para que isso seja possível e alguém aqui pode ter uma opinião diferente, não é o que aqui se decidiu. É isso que está em cima da mesa. As pessoas diziam há quatro anos que aquilo é de Silvalde e Silvalde é de Espinho, mas aquilo é um património de mais de 40 anos e já há quatro anos que estava na peça. E porquê? Porque a estratégia do advogado é dizer que a Câmara à data, porque precisava se financiar, até precisou daquele património. Volto a insistir que não concordo com essa inflexão, mesmo que os outros concordem. E pelos vistos aqui ninguém concorda em vender os terrenos ao preço justo. Estou triste e desapontado.”* O Presidente do Executivo referiu de imediato que o que foi efectuado foi a defesa do terreno. E essa defesa foi feita pelo advogado. *“A defesa não está a insurgir-se na conversão do terreno. É nas mais-valias que o terreno financeiramente pode dar. Mas não é isso que está aqui. Esta ação não está a pedir o valor do terreno. Esta ação vai onerar quem quer que seja daqui para a frente, a ação vem do seu tempo Sr. Joaquim Costa e foi mal colocada. Que fique em ata. E por causa dessa ação andamos numa roda-viva todos e vamos andar assim sucessivamente. E isto não vai ser resolvido, está a perceber Sr. Joaquim? Foi consigo que começou isto.”* -----

----- Mudando de tema, o Vogal Manuel António Félix abordou o contrato-programa com a ARS Norte que contempla as alterações que o Executivo da Junta solicitou. No que respeita à situação da Unidade de Saúde da Marinha, que dava conta da urgência do assunto, questionou quantas vezes vai abrir por semana. O Presidente do Executivo assegurou que quem prometeu a abertura foi a CME. Aquilo que foi prometido entre o ACES e a CME. O Vogal Manuel António Félix referiu ainda que abrir a Extensão de Saúde dois dias por semana, uma hora por dia era uma ofensa e o Presidente do Executivo concordou. O Vogal Joaquim Costa perguntou qual a posição da Junta e o Presidente do Executivo referiu que o documento já veio à Assembleia de Freguesia. *“Não podemos aprovar o protocolo se ele ainda está em fase de discussão. Fiquei incumbido de falar com o Centro Social e Paroquial de Silvalde e apercebi-me que esta entidade ficou magoada por a ARS ou a CME não falar com ela. Na tentativa de ajudar, reuni informalmente com o Sr. Padre e o Sr. Fernando Pereira Alves para disponibilizar o espaço e pediram para formalizar por ofício entregue a 22 de abril e não veio resposta nenhuma. A Enfermeira Celeste ligou a perguntar como estava a situação porque queriam abrir a Extensão da Marinha e dirigimos um ofício ao Presidente da CME e à Diretora do Serviço, a Enf.ª Celeste.”* O Vogal Helder Pinho perguntou as alterações pedidas no contrato-programa e o Presidente do Executivo enumerou-as e questionou o porquê da CME ter prometido em 2019 os 70 mil euros e ainda não ter cumprido. *“Disse que estavam disponíveis os 70 mil euros, os transportes estavam disponíveis, a CME criou uma série de facilidades, se a CME dissesse que não tinha verba, ainda hoje a Extensão da Marinha estava aberta.”* Continuou o Vogal Joaquim Costa acusando o atual Presidente de nada ter feito para que a Unidade de Saúde da Marinha se mantivesse aberta. E questionou o que é que o Executivo irá fazer em relação à Cláusula 10ª. O Presidente do Executivo indicou que se faz representar nas Assembleias Municipais e aconselhou a leitura da Ata nº 12/2020, onde se discute este assunto. E perguntou: *“O Sr. conhece alguma competência à Junta de Freguesia? Não conhece porque essa compete à Câmara Municipal. O Município tem toda a obrigação de ser consciente naquilo que faz com os utentes, neste caso com os utentes de Silvalde. O Sr. Jorge Carvalho apresentou uma moção para a abertura imediata da Extensão de Saúde da Marinha, no Bairro Piscatório e das urgências básicas do hospital de Espinho. O Sr. Presidente da CME manifestou total concordância, compreensão. Foi um pedido pelas forças políticas com assento na Assembleia, mas ao qual o Governo não deu seguimento. Sendo que na nossa área geográfica, deveria ter dirigido a solicitação à ARS Norte. Então se a CME não tem competência na área da saúde, terá a Junta de Freguesia?”* E uma vez mais garantiu que se a CME não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

promettesse os 70 mil euros ainda estaria aberta a Extensão da Marinha. -----

---- O Vogal Joaquim Costa disse para ficar em ata que não foi respondida a sua pergunta. Solicitou também que fosse corrigido o pedido efetuado ao Centro Social de Silvalde, pois na sua opinião o pedido foi para a abertura de uma extensão da Junta, como já funcionou em tempos e não para a abertura da unidade de saúde. O Presidente do Executivo evocou o documento manifestando que não tem a mesma leitura do mesmo que o Sr. Vogal, o Presidente da Mesa também manifestou que tem a mesma leitura do Presidente do Executivo. O Vogal Joaquim Costa comprovou que efetivamente a Junta não tem competências na área da saúde, no entanto, uma vez que as alterações formuladas no contrato-programa foram aceites, questionou porque se recusa a responder qual a posição do Executivo. O Presidente do Executivo informou que o Presidente da Junta de Freguesia convocou uma sessão de esclarecimento e foi "boicotada, pois ninguém quis saber o que lá se passava. Foi o 1º passo. O Sr. esteve lá e não disse nada. Só foi lá." Ao Vogal Manuel António Félix pediu que fizesse chegar à mesa uma recomendação relativamente a essa questão, para chegar de forma oficial. -----

---- O Vogal Joaquim Costa proferiu que conversou com algumas das pessoas afetadas pelo encerramento da unidade e transmitiram-lhe que a situação é "muito opressiva" e não contavam com isso. "Na população mais idosa, mais necessitada de mobilidade, da acessibilidade aos meios de transporte públicos, já que o protocolo inicial se permitiu a essa abertura, essa 'brecha', acho que se deve tentar forçar essa brecha de forma a arranjar um consenso estabelecendo-se pontes com as entidades sejam elas quais forem." No entanto, o Presidente do Executivo afirmou que não está nada assinado. -----

---- O Vogal Sérgio Carvalho questionou a mesa se ainda havia assembleia em Setembro. E os Presidentes da Mesa e Executivo garantiram que sim. Desta feita, o Vogal Sérgio Carvalho informou que iria fazer uma pausa, mas que daqui a quatro anos voltará, porque será candidato. -----

---- O Vogal Helder Pereira salientou que de facto a praia está limpa com uma boa qualidade e questionou qual a razão do parque de estacionamento não ter sido entregue a nenhuma colectividade e se não houve nenhuma colectividade interessada. Adiu se o areal da praia não vigiada não podia ser limpo doutra forma, com maquinaria do Regimento? -----

---- O Presidente do Executivo respondeu que relativamente ao parque de estacionamento não entrara nenhum pedido oficial nos serviços administrativos para a cedência do parque e acrescentou que no ano transacto foi cedido à Cruz Vermelha, mas este ano não pediu o espaço. "Relativamente à praia não concessionada andámos limpá-la, mas o mar já meteu algum lixo para fora, as nortadas também formam uma acumulação de lixo, já em termos de recursos humanos estamos um pouco limitados quanto a isso, mas de qualquer das formas é uma sugestão e vamos ver o que é possível fazer relativamente a isso." -----

---- O Vogal Joaquim Costa criticou as participações do Presidente da Junta nas reuniões na Associação Desportiva de Silvalde e de não terem acesso a qualquer informação. O Presidente do Executivo transmitiu que é uma associação autónoma que não faz parte da Junta. Ao nível de investimentos explicou que no período da pandemia não foram substituídos os projetores para poupar dinheiro, mas agora já houve o investimento, só ainda não foi feita a inauguração. O Vogal Joaquim Costa comentou as medições das ruas que vão ser pavimentadas, indicando que as fazia pelo motor de busca 'google' e criticou o atraso nas pavimentações. O Presidente do Executivo explicou que a CME não está a deixar fazer as ruas, não sabe se por falta de dinheiro da autarquia e enumerou as ruas previstas para pavimentação: Rua do Cential (parcialmente), Rua do Souto, Rua Prof. José Carvalho, Rua Nova dos Loureiros e Viela da Rua das Fábricas. -----

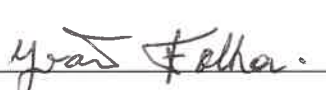
---- O Presidente da Mesa informou antes de encerrar a sessão que como o Vogal Celso Sá não compareceu nem notificou a não comparência, pelo número de faltas injustificadas, já perdeu o mandato. -----

---- E, não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, às vinte e quatro horas e quarenta e dois minutos, tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA


1.º SECRETÁRIO


PRESIDENTE


2.º SECRETÁRIO